

LICITAÇÕES – TEORIA E PRÁTICA

PÚBLICO ALVO

Membros de Comissões de Licitação, Gestores, Pregoeiros, Responsáveis por elaboração de editais, contratos, compras, Servidores Públicos em geral que estão iniciando suas atividades no tema.

METODOLOGIA

A teoria será explanada por meio de slides, buscando a participação dos alunos, bem como debates e discussão dirigida.

O método de trabalho nos exercícios práticos poderá ser em grupo ou individual, com posterior apresentação, objetivando o enriquecimento de idéias.

PERÍODOS DE REALIZAÇÃO

- 08 a 11 de maio de 2012 e
- 07 a 10 de agosto de 2012

HORÁRIO

Das 08h30 às 12h30 e das 13h30 às 17h30 horas

CARGA-HORÁRIA

40 horas-aula

LOCAL DE REALIZAÇÃO

Centro Regional de Treinamento da ESAF-PR
Rua João Negrão, 246 - 6º andar - Curitiba-PR
Fone: (41) 3259-5800 - Fax: (41) 3259-5801

INSTRUTORAS

BEATRIZ RODRIGUES DE MELO – Servidora do TRE/PR desde 1995, Integrante da Comissão de Licitação e Pregoeira desde a implementação do Pregão como modalidade de licitação (2000).

MARIANE KÜSTER – Advogada da União desde 2002, com conhecimento e experiência na área de Licitação e Contratos.

VALOR

R\$ 350,00 por participante

INSCRIÇÕES

Os interessados deverão preencher a ficha de inscrição anexa, enviando-a para o e-mail [cursos.esafpr@fazenda.gov.br](mailto: cursos.esafpr@fazenda.gov.br) ou para o fax (41) 3259-5818.

PAGAMENTO

ÓRGÃOS PÚBLICOS

Nota de Empenho em favor da Escola de Administração Fazendária - ESAF

CNPJ/MF – 02.317.176/0001-05

SIAFI – UG. 170009 – GESTÃO 00001

Pagamento: Após emissão de fatura pelo CENTRESAF/PR

DEMAIS CLIENTES

Pagamento mediante Guia de Recolhimento da União – GRU, emitido pela ESAF/Banco do Brasil.

Obs: Inscrições sujeitas a confirmação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Breve histórico do tema “Licitações Públicas” e apresentação da legislação aplicável.

Fase interna e a fase externa da licitação.

Início de uma compra/solicitação de um serviço: elaboração do pedido de contratação, pesquisa de preços, projeto básico/termo de referência.

Dotação orçamentária

Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000 - observância

Autorização do Ordenador de Despesas

Escolha e Definição da modalidade e tipo de licitação de acordo com o objeto a ser licitado

Designação da Comissão de Licitação e Pregoeiro – características. Quem assina o edital

Elaboração das minutas de edital e contratos

Parecer / Aprovação pela Assessoria Jurídica

Expedição do edital definitivo e seus anexos para publicação conforme exigência legal

Exemplos de extratos de publicação e divulgação, bem como prazos para cada modalidade, forma de meios de publicidade

Impugnações – Licitantes, cidadãos, órgãos de controle – tratamento, recebimento e providências cabíveis

Quando do acatamento, reabertura de prazo para nova publicação do edital

Abertura do certame – Procedimentos formais

Recebimento dos documentos de credenciamento

Recebimento dos documentos de habilitação / propostas de preços

Vista aos licitantes

Habilitação – procedimentos: Ata

Julgamento das Propostas – procedimentos (exequibilidade de preços) / homologação

Ata / Publicação / Relatório

Amostras – como proceder no julgamento

Diligências quando for o caso

Garantias contratuais

Sanções administrativas / contratuais

Prazos recursais – como proceder quando houver recurso (regras para contagem dos prazos)

Jurisprudências mais recentes à luz do TCU

Tratamento diferenciado as ME'S / EPP'S de acordo com o que prevê a LC 123/06

Empate ficto x real

Decreto 7174/10 – comentários relevantes

Convocação para assinatura do contrato

Expedição do contrato

Revogação e Anulação – hipóteses e providências

Estudo de caso – Elaboração de um edital e apresentação aos demais.

Comentário aos trabalhos apresentados e sugestão de edital